

(DES)CONSIDERAÇÕES SOBRE O PASSE: DO ENGANO À FRAUDE

(DIS)CONSIDERATIONS ON THE PASS: FROM MISTAKE TO FRAUD

(DES)CONSIDERACIONES SOBRE EL PASE: DEL ENGAÑO AL FRAUDE

Fernando Franco Lopes

Carlos Henrique Kessler

RESUMO

O artigo aborda a questão do diagnóstico do fracasso do passe na psicanálise, especialmente como foi discutido por Lacan. Destaca-se que Lacan depositava grandes esperanças no dispositivo do passe como uma maneira de organizar a Escola de uma forma inovadora. Entretanto, mesmo após a definição prática desse dispositivo, o resultado não foi o esperado. Aproximando-se a psicanálise em intensão e a psicanálise em extensão, o estudo propõe analisar o fracasso do passe em duas dimensões: no ato analítico e no contexto institucional, considerando-se seus pontos de junção, a saber, o início e o fim da análise. O objetivo é compreender melhor a passagem de analisante para analista e as implicações do diagnóstico do fracasso nesse processo.

Palavras-chave: Psicanálise; Passe; Fracasso; Lacan.

ABSTRACT

The article addresses the issue of diagnosing the failure of the passe in psychoanalysis, especially as discussed by Lacan. It is noteworthy that Lacan had high hopes for the passe device as a way to innovate the organization of the School. However, even after the practical definition of the device, the outcome was not as expected. By approaching psychoanalysis in both intention and extension, the study proposes to analyze the failure of the passe in two dimensions: in the analytic act and in the institutional context, considering their points of junction, namely, the beginning and end of the analysis. The

*Mestre em Psicanálise pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Psicologia pela Faculdade de Pará de Minas (FAPAM).

**Professor Associado do Instituto de Psicologia, Serviço Social e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Coordenador do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio sanduíche na Universidade de Paris VII.

goal is to better understand the transition from analysand to analyst and the implications of diagnosing failure in this process.

Keywords: Psychoanalysis; Pass; Failure; Lacan.

RESUMEN

El artículo aborda el tema del diagnóstico del fracaso del pase en psicoanálisis, especialmente como fue discutido por Lacan. Es importante destacar que Lacan depositaba grandes esperanzas en el dispositivo del pase como una manera de organizar la Escuela de forma innovadora. Sin embargo, incluso después de la definición práctica del dispositivo, el resultado no fue el esperado. Al acercarse al psicoanálisis en intención y en extensión, el estudio propone analizar el fracaso del pase en dos dimensiones: en el acto analítico y en el contexto institucional, considerando sus puntos de unión, a saber, el inicio y el fin del análisis. El objetivo es comprender mejor la transición del analizante al analista y las implicaciones del diagnóstico del fracaso en este proceso.

Palabras clave: Psicoanálisis; Pase; Fracaso; Lacan.

1 INTRODUÇÃO

O diagnóstico do fracasso do passe, talvez, não seja uma surpresa para a maioria dos psicanalistas. Proferido mais de uma vez por Lacan (1971-72; 1978), é inegável que tenha sido acompanhado por um forte sentimento de frustração, uma vez que o francês depositava grandes esperanças nesse dispositivo criado, especialmente, para dar conta de uma nova maneira de se organizar, dentro do campo, a chamada Escola.

É somente três anos após sua fundação que surgem, no texto “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (1967a/2003), as instruções práticas e burocráticas acerca do dispositivo do passe. Mais tarde, Lacan (1975) vai dizer que buscava outro método de recrutamento para a psicanálise, método que não fosse permeado pela crosta de ignorância predominante na psicologia e na medicina (Lacan, 1967b/2003) ou que não fosse atravessado pelos efeitos de poder da identificação (Safatle, 2017).

Além de um modo de seleção, a proposta do passe carregava uma

notável expectativa no que dizia respeito ao esclarecimento da passagem de analisante a psicanalista - talvez essa fosse mesmo sua principal finalidade. Se, até aquele momento, não se tinha articulado nada decente sobre tal transformação (Lacan, 1967b/2003), parece-nos que Lacan esperava que o passe fosse capaz de jogar luz onde a penumbra fazia e ainda faz morada. Daí ser:

Desnecessário indicar que essa proposta [do passe] implica uma acumulação da experiência, sua coleta e sua elaboração, uma seriação de sua variedade e uma notação de seus graus. Poder surgir das liberdades do fechamento de uma experiência, é isso que decorre da natureza do *a posteriori* na significância (Lacan, 1967a/2003, p. 261).

O que, disso, o diagnóstico do fracasso joga por terra e o que dele pode ser resgatado como efeito, já que o *a posteriori* surge das liberdades contidas exatamente no “fechamento de uma experiência” (idem), é o que nos cabe aqui pesquisar. Antes, porém, salientamos que a aproximação, também explicitada no texto da proposição, entre a psicanálise em intensão e a psicanálise em extensão será o ponto norteador fundamental de nosso exame.

O motivo dessa escolha se revela à medida que a hipótese que sustentamos é que tal aproximação estabeleceria algo como duas propostas do passe ou duas faces do passe, ambas funcionando “em conformidade com a topologia do plano projetivo” (Lacan, 1967a/2003, p. 261). Dessa maneira, teríamos o passe implicado na análise em intensão, que acreditamos estar relacionado, primordialmente, ao ato analítico e ao que dele é possível produzir como passagem de analisante a analista. E o dispositivo do passe, que aqui chamaremos de “institucional”, na falta de uma palavra melhor para diferenciá-lo, está articulado à proposta da Escola e sua “garantia de formação”. Relativamente a toda essa aparelhagem, portanto, trata-se de uma tentativa de enlaçar aquilo que se produz na clínica a uma experiência de institucionalização da formação em psicanálise¹.

Nessa trilha, Lacan (1967a/2003) aponta os dois pontos de junção sob os quais a aproximação se sustentaria:

Dois momentos da junção do que chamarei, neste arrazoado, respectivamente, de psicanálise em extensão, ou seja, tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo, e psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela. (...). Nossos pontos de junção, onde têm que funcionar nossos órgãos de garantia, são conhecidos: *são o começo e o fim da psicanálise*, como no xadrez (p. 251-2, grifo

¹ Mesmo que tal institucionalização fosse de outra ordem, é alvo das críticas intensas de Lacan, como acontece na IPA.

nosso).

É com base em tais premissas que pretendemos examinar não só o passe, mas também seu fracasso. Traçaremos um paralelo entre suas duas dimensões, tendo em vista os dois pontos de junção. Ou seja, buscaremos compreender as incidências do passe e seu fracasso no ato analítico, bem como no dispositivo institucional, levando-se em conta os momentos de início e fim de uma análise. Fica implícita, em nosso objetivo, a possibilidade de compreender melhor, uma vez analisado o diagnóstico do fracasso, a passagem de analisante a analista ou, em outros termos, o que se esperaria do fim de uma análise.

2 NO INÍCIO, O SUJEITO SUPOSTO SABER

Pois bem, o que nós temos no começo da psicanálise?

No começo da psicanálise, está a transferência. Ela está ali graças àquele que chamaremos, no despontar dessa formulação, de psicanalisante. [...]. Mas o que é? Fico admirado de que ninguém jamais tenha pensado em me objetar, considerados certos termos de minha doutrina, que a transferência por si só cria uma objeção à intersubjetividade. Chego até a lamentá-lo, visto que nada é mais verdadeiro: ela a refuta, é seu obstáculo. [...]. O sujeito suposto saber é, para nós, o eixo a partir do qual se articula tudo o que acontece com a transferência. [...]. Um sujeito não supõe nada, ele é suposto. Suposto, ensinamos nós, pelo significante que o representa para outro significante (Lacan. 1967a/2003, p. 252-3).

Se o conceito de transferência é capaz de servir como articulador do manejo clínico na teoria freudiana, para Lacan é somente com seu encadeamento à noção de sujeito suposto saber que se torna possível uma práxis psicanalítica. A introdução desse último marca a ruptura com uma noção ingênua de transferência, ao passo que complexifica a relação entre analisante e analista.

Primeiro, porque estabelece, desde logo, que não estamos no âmbito da intersubjetividade, da relação entre dois sujeitos cognoscíveis, mas em sua impossibilidade. O sujeito suposto saber implica, necessariamente, o funcionamento de um elemento terceiro em uma análise, que é produto da articulação significativa. Portanto, ao contrário da literalidade do jargão “o paciente supõe que o psicanalista detém o saber sobre o que lhe acontece”, temos que tal suposição não é sustentada pelo sujeito, e sim pela própria cadeia significativa. Trata-se de um sutil, mas muito pertinente procedimento de impessoalização ou, ainda, de “dessubstancialização” do sujeito.

Mas isso não é tudo. Se a suposição de um saber a um suposto sujeito – e, nesse caso, falamos da suposição de um saber sobre a verdade do desejo que o move (o psicanalisante), premissa da teoria lacaniana – é efeito da articulação significativa, radica nessa operação uma causa exterior. Vamos com calma: apesar de necessária para que alguém entre em análise, a suposição, por não ter como agenciador o sujeito, implica uma certa causalidade que vem “de fora”.

A cadeia significativa não se encadeia por vontade própria, como se um significante fosse capaz, por si mesmo, de representar um sujeito para outro significante. Tal encadeamento se dá somente quando se pressupõe uma falta. Nas palavras de Lacan, “é enquanto uma das letras está ausente que as outras funcionam, mas que sem dúvida é em sua falta mesmo que reside toda a fecundidade da operação” (1966-67, p. 45). Temos aí o objeto *a*, objeto faltante que é causa de desejo, funcionando como vazio que sustenta e possibilita o fechamento da articulação significativa presente nas voltas da demanda².

Tendo em vista que o objeto *a* opera como causa do desejo, nele radica também a causação da suposição do saber sobre a verdade de tal desejo, que vai ser direcionada a outrem, nesse caso, ao analista. Isso se dá porque o objeto *a* “guarda – porque esta relação, ele a tem desde a origem... para que o que quer que se possa explicar – uma relação fundamental com o Outro” (Lacan, 1966-7, p. 18). Logo, o desejo de saber sobre meu desejo é sempre, em última instância, desejo do Outro.

É justamente isso que torna possível a operação do ato analítico ou, em termos da teoria dos discursos, o funcionamento do discurso do psicanalista: “Se o saber na transferência é saber suposto sobre meu desejo e o que lhe causa, o processo analítico visa extrair o objeto que causa meu desejo das sendas do saber” (Safatle, 2017, p. 214). Daí que o sujeito suposto saber aponta para o erro de cálculo do “querer saber sobre seu desejo” proveniente do psicanalisante, tal como explora Lacan (1960-61/1992) em sua análise sobre “O Banquete”, de Platão.

O que Sócrates faz, pois, é uma operação de separação, na medida em que ele tenta mostrar a Alcibíades uma distância entre *I* e *a*, entre o ideal do Eu e o objeto que o sustenta. Ao expor tal distância, Sócrates produz uma espécie de curto-circuito no sistema de identificações que sustentava a posição de Alcibíades, já que o ideal do Eu não aparece mais, como aparecia outrora, como o ponto de transcendência necessário à afirmação da emancipação em relação aos objetos imaginários. Ele

²Lacan utiliza a figura topológica conhecida por *toro* para demonstrar como o fechamento das voltas da demanda pode formar um anel que se fecha em si mesmo e produz uma espécie de “buraco vazio” no centro, no qual ele localiza o objeto *a*.

aparece como uma vestimenta que sustenta o sujeito por impedi-lo de se confrontar com um objeto sem lugar que, no entanto, nos causa, age em nós e nos constitui (Safatle, 2017, p. 214).

Sócrates está advertido de que não é a ele que se direciona o discurso de Alcibíades, por mais que esse último assim o pense, mas sim a Agatão. Contudo, suporta esse discurso do mesmo modo que as estátuas suportariam os agalmatas, no “Timeu” (Oliveira, 2016). Assim também deveria funcionar o psicanalista, pois, como veremos no próximo tópico, é aí que se localiza a possibilidade da queda do analista como objeto *a*, ao fim da análise. Porém, isso só será possível uma vez que se compreenda a radicalidade da noção de “sujeito suposto saber”.

Para isso, faz-se necessário que se entenda a aproximação feita por Lacan entre tal conceito e a noção de agalma. O significado de agalma ou agalmata, no plural, traz certas complicações conhecidas tanto por psicanalistas quanto por filósofos. Para nosso objetivo aqui, a proposta de Oliveira (2016) nos é bastante útil. Segundo a autora, apesar de ser traduzida por estátua ou escultura, tal palavra traz consigo a ideia de um objeto concreto. Agalma, na verdade, é como uma propriedade que porta tais estátuas na qualidade de objetos “ritualísticos”, a qual é capaz de produzir o sentimento de alegria nos deuses.

A principal característica dos agalmatas - e aquela que mais nos interessa aqui - é justamente o fato de que não é possível possuí-los, somente (su) portá-los. Isso também se daria para o objeto *a* enquanto objeto que falta, ou seja, que não pode ser possuído, mas que é suportado por todos os outros objetos imaginários que funcionam como tentativas de tamponar tal falta.

Dessa maneira, se o sujeito suposto saber traz consigo a implicação do objeto *a* - e esse traz a marca, como bem aponta Kessler (2008), da “causalidade exterior”-, não nos surpreende que Lacan o tome em analogia ao processo do agalma em “O Banquete”. Pois, assim como Sócrates não possui o agalma que Alcibíades deseja, o analista também não possui o objeto *a* que responde à causa do desejo que anima o psicanalisante. Apesar disso, ambos suportam o discurso a eles dirigido “como algo que visa a um outro” (Lacan, 1967c/2003, p. 577), e é aí que se inscreve a possibilidade do ato analítico.

O sujeito suposto saber, portanto, é, antes de tudo, uma advertência ao analista sobre o objeto *a*. Nessa trilha, há outro aspecto desse mesmo objeto que merece ser relacionado em nossa compreensão, notadamente

seu papel na divisão do sujeito entre saber e verdade. Segundo Lacan (1966/1998), a queda do objeto *a* (no fim da análise), isola-o “como causa do desejo em que o sujeito se eclipsa e como suporte do sujeito entre saber e verdade” (p. 11).

E o francês não poderia ser mais claro: “a verdade está no lugar do Outro, a inscrição do significante. [...]. Quanto ao Saber, é uma função imaginária, uma idealização incontestável, é isto que torna delicada a *posição do analista que está no meio, onde está o vazio, o buraco, o lugar do desejo*” (1967-68, pp. 70-71, grifo nosso).

Enquanto suporte do sujeito entre saber e verdade, o objeto *a* permite àquele que o (su)porta operar com o saber, de modo que ele não funcione nem como mera apreensão imaginária, nem como função simbólica de pretensões totalizadoras, algo do tipo “saber sobre a verdade”. Se assim fosse, teríamos excluída de tal operação a verdade como potencialidade de transformação da própria estrutura do saber, o que, por um lado, poderia nos levar a uma posição de adequação às condições de existência já predicadas ou, por outro, a uma concepção ilusória, mas predominante, de autonomia do ser.

O conceito de sujeito suposto saber, portanto, permite ao analista manejar o saber em vias de uma verdade que opera como contingência no sentido da verdade de um saber que pode surgir ali, “desde que um real nele [no saber] funcione” (França Neto, 2015, p. 204). Por isso é necessário que se esteja advertido do objeto *a*, pois tal objeto opera “como causa ausente” (Iannini, 2009, p. 214), vazio que funciona como referente, articulando aquilo do real que sustenta a verdade como causa.

Em razão disso, Lacan aponta, no “Seminário IV” (1966-67), que a intervenção do analista deve operar no campo da verdade, ao contrário do que faz Kriss com seu paciente que sofria da angústia de plagiador. Assim, o que permitiria ao psicanalista operar é sua posição como sujeito suposto saber, já que aí ele está advertido de que suporta o objeto *a*.

Em resumo:

O analista não tem outro recurso senão colocar-se no nível do *s* da significação pura do saber, ou seja, do sujeito que ainda não é determinável senão por um deslizamento que é desejo, por se fazer desejo do Outro, na forma pura que se isola como desejo de saber. Visto que o significante dessa forma é o que se articula em ‘O Banquete’ como o *αγαλμα* [agalma], o problema do analista é representável (e é por isso que lhe demos o lugar que se sabe) na maneira como Sócrates suporta o discurso de Alcibíades, isto é, muito precisamente, como algo que visa a um outro, Agatão, de nome irônico precisamente nesse caso. Sabemos que não há *αγαλμα* [agalma] que possa ser obtido por aquele que deseja sua posse (Lacan,

1967c/2003).

Contudo, Lacan não para por aí, caberia responder ainda o que é possível ao psicanalista saber, ou seja:

Isso não equivale a dizer que a função de *agalma* (agalma) do sujeito suposto saber não possa ser, para o psicanalista, tal como acabo de esboçar seus primeiros passos, a maneira de centralizar o que acontece com o que ele escolhe saber. Nessa escolha, o lugar do não-saber é central. [...]. O não-saber não tem a ver com a modéstia, o que ainda equivaleria a um situar-se em relação a si mesmo; ele é, propriamente, a produção 'como reserva' da estrutura do único saber oportuno. [...]. É essencial designar a forma do zero, que (essa é a meta de nosso 8 interior), situada no centro de nosso saber, deve rebelar-se a que a venham substituir as aparências de uma escamoteação muito singularmente favorecida aqui. É que, justamente porque todo um saber excluído pela ciência só pode ser mantido à distância da psicanálise, se não se souber dizer que estrutura lógica o substitui 'no centro' (termo aqui aproximado), qualquer um poderá entrar nesse lugar (inclusive os discursos sobre a bondade). É nessa linha que se situa a lógica da fantasia. A lógica do analista é o *agalma* [agalma] que se integra na fantasia radical que o psicanalisante constrói (idem, p. 577-8).

Percebam como é a função de agalma do sujeito suposto saber que permite ao analista organizar sua posição frente ao saber. O saber que não se sabe, de forma alguma, deve ser pensado como humildade ou como uma postura assumida que diria respeito às capacidades pessoais do analista; antes, deve ser entendido como uma forma de se servir da ignorância "como de um quadro onde se ordena um saber: o que fazemos quando tentamos, por exemplo, reduzir os dados de um problema a uma equação que nos permitirá obter a incógnita" (Safouan, 1985, p. 43).

Não basta ao analista apenas não saber: é preciso que se saiba o que fazer com esse não saber. Lembremos com Safatle (2017) que Sócrates, em "O Banquete", "diz nada saber a respeito das coisas do amor, o que não significa que ele não saiba o que fazer com tais coisas" (p. 214). Ao psicanalista, portanto, é necessário estar advertido de que toda tentativa de forjar algum saber é uma maneira de se defender da verdade (Lacan, 1967/2006).

Operar a partir dessa posição é operar enquanto suporte dessa incógnita chamada objeto *a*, objeto que, não à toa, aparece também na fórmula do fantasma ($\$ \ll a$), daí que suportá-lo implica que o analista integre a fantasia construída pelo analisante. Isso é fundamental porque, somente estando nessa posição, é possível produzir alguma mudança radical; de outra forma, a intervenção do analista não passaria de letra morta, um conselho amigável ou um puxão de orelha.

Como se não bastasse, Lacan também vê aí a oportunidade de organizar

a entrada dos analistas em sua Escola:

Essa ordenação da ordem do saber que funciona no processo analítico, eis aquilo em torno do qual deve girar a admissão na Escola. [...]. Essa colocação é feita para mostrar como os problemas como extensão ligam-se imediatamente aos que são centrais na intensão (Lacan, 1967c/2003, p. 578).

A noção de sujeito suposto saber não apenas serviria para situar o analista no movimento de uma análise, mas igualmente serviria para situá-lo frente a sua formação - ou pelo menos essa nos parece ser a esperança de Lacan, ao propor o dispositivo institucional do passe. Nesse sentido, a forma “sujeito suposto saber” de ordenação do saber é replicada na forma “passe institucional” para admissão do analista como membro da Escola.

Encontramos, assim, o mesmo mecanismo de impessoalização que apontamos no início de nossas considerações, sobre o sujeito suposto saber. O psicanalista “passante” não faz o relato de sua experiência diretamente para o júri de aprovação, mas sim a outros psicanalistas, chamados de passadores, que são os responsáveis por transmitir o testemunho ao “colegiado completo do júri de aprovação” (Lacan, 1967c/2003, p. 585).

É possível, inclusive, localizar aí uma tentativa de tornar tal experiência não uma experiência intersubjetiva, mas sim uma aposta na efetividade do elemento terceiro. Lacan é claro ao dizer que sua proposição toma como modelo o “chiste” e o papel da *dritte person* (terceira pessoa) (1967d/2003). Basta lembrarmos de Freud: “No chiste, esta terceira pessoa é indispensável para a completação do processo de produção de prazer” (1977[1905], p. 207).

Implicado por essa estrutura está, como mostrado em “O Banquete”, um “erro de cálculo”. Se o conceito de sujeito suposto saber serve como advertência ao analista, é por colocar em jogo o engano próprio ao inconsciente, ou melhor, por contar com o erro como parte integrante do cálculo. Pouco depois de ter dissolvido sua Escola, Lacan aponta para o papel de tal noção em sua proposta.

A experiência psicanalítica dá um lugar eminente à função do engano, ao sustentar-se no sujeito suposto saber. Isto é o que explica o fato de não haver retorno, caso o engano vire fraude. [...]. Não terei a pretensão de reconhecer-me como infalível, mas, como todo mundo, que o seja no nível da verdade que fala – não do saber. Eu não me considero o sujeito suposto saber. A prova – é preciso recordá-lo – é que o sujeito suposto saber, fui eu que inventei isso, e precisamente para que o psicanalista, o que é o mais comum, pare de se crer, quero dizer, idêntico a ele. O sujeito suposto saber não é todo mundo, nem ninguém. Não é todo sujeito, mas tampouco é um sujeito nomeável. É algum sujeito. [...]. Mais seguro de existir por não ser ontológico, e por

vir não se sabe de onde (1980, p. 59).

O que faria do engano uma fraude? Não o levar em consideração. Esse é o caso do analista que se crê, ele próprio, o sujeito suposto saber. Tomar-se como sujeito desse suposto saber é acreditar ser infalível ao nível do saber, no sentido de que crê ter sido consultado a respeito de seu saber sobre algo que estaria à margem do saber prévio daquele que lhe procura. Ao contrário, segundo Lacan, o analista é consultado a respeito do “que escapa ao saber, precisamente sobre o que é para cada um o que ele não quer radicalmente saber” (1967/2006, p. 121). Ou seja, é aquilo da ordem da verdade que, justamente, escapa a qualquer ordenação do saber.

Ter o engano em consideração, de forma alguma, é o mesmo que formatá-lo a ponto de que sua aparição possa ser calculada *a priori*. Se assim fosse, permaneceríamos na ordem do saber, na tentativa de prever e compreender de antemão aquilo que, em algum momento, poderia vir a se equivocar. Trata-se, porém, de sustentar a abertura para aquilo que não fora predicado por determinada conta, mas que pode, em certa medida, não ser excluído do cálculo, uma vez que ele não se pretende infalível.

Ao que tudo indica, a organização do saber no dispositivo institucional do passe também deveria seguir essa mesma abertura para aquilo que lhe escapa. Talvez seja por isso que Lacan tenha se empenhado em criar todo um mecanismo que levaria consigo, em seu bojo, a possibilidade do engano, daquilo que não pode ser formatado em sua totalidade pela ordem do saber.

O sujeito suposto saber, por não ser um sujeito qualquer, “mais seguro de existir por não ser ontológico”, é uma forma de organização do saber que o articula, através do objeto *a*, ao desejo. Daí sua função de advertência em relação a *a*, objeto que vai funcionar justamente como dobradiça na passagem de psicanalisante a psicanalista (Lacan, 1967a/2003), seja na análise, seja no dispositivo institucional.

Assim, se o sujeito suposto saber pode ser localizado naquilo que diz respeito à psicanálise em intensão tanto quanto em extensão, também vai ser o que sustenta o enlace entre seus dois pontos de junção, início e fim da análise. Ao concluir que o fim da análise didática resultaria na passagem do psicanalisante a psicanalista, Lacan salienta que:

Nosso objetivo é formular uma equação cuja constante é o αγαλμα [agalma]. O desejo do psicanalista é sua enunciação, a qual só pode operar se caso venha ali na posição do x: desse mesmo x cuja solução entrega ao psicanalisante seu ser e cujo valor tem a notação (-φ), hiância que designamos como a função do falo a ser isolada no complexo de castração, ou

(a), quanto àquilo que o obtura com o objeto que reconhecemos sob a função aproximada da relação pré-genital. (...). A estrutura, assim abreviada, permite-lhes ter uma ideia do que acontece ao termo da relação transferencial, ou seja, quando, havendo-se resolvido o desejo que sustentara em sua operação o psicanalisante, ele não mais tem vontade, no fim, de levantar sua opção, isto é, o resto que, como determinante de sua divisão, o faz decair de sua fantasia e o destitui como sujeito (1967a/1998, p. 257, grifo nosso).

Pois bem, propomos ler tal trecho da seguinte maneira: a equação em jogo é a análise propriamente dita, o que não é nada de muito extraordinário se tivermos em mente as aproximações que estabelece Lacan com a lógica matemática. O agalma, por sua vez, é a função constante da equação. Matematicamente falando, uma função constante do tipo $f(x) = y$ estabelece que, qualquer que seja o valor de x , o valor de y não varia, porque ele independe do valor de x , o que nos leva a x ou, melhor dizendo, ao argumento de tal função [$f(x) = y$]. Nesse caso específico, pode vir a ocupar o lugar de x tanto $-\phi$ quanto a , mantendo-se o resultado.

Se toda essa estrutura permite uma ideia do que acontece ao fim da relação transferencial, ou seja, o resultado esperado da equação, é porque se trata do:

Momento em que o algoritmo do sujeito suposto saber entrega seu segredo de ser também o algoritmo do que Lacan chama de “constituente ternário da função analítica” ou, ainda, do objeto que faz obstáculo a hiância (*béance*) de $-\phi$: a saber, o objeto a , do qual se conclui, então, que o analista era apenas o depositário. É assim que o analista se acha marcado, pela graça do analisante, por um “des-ser” (*des-être*), enquanto o analisante, por sua vez, recebe daí uma “destituição subjetiva” que já estava implícita na “primeira regra fundamental” (Safouan, 1985, p. 55).

Temos, então, o sujeito suposto saber, na qualidade de função agalma, a hiância $-\phi$ e o objeto a como seus possíveis argumentos. Quanto ao que permitiria obter o mesmo resultado, independentemente se seja $-\phi$ ou a , desde que seja um dos dois, é o fato de a enunciação de tal função ser o “desejo do analista”. Não é a primeira vez que vemos Lacan aproximar sujeito suposto saber e desejo do psicanalista, pois já o havia feito, implicitamente, ao situar o analista no “deslizamento que é desejo, por se fazer desejo do Outro, na forma pura que se isola como desejo de saber” (1967c/2003, p. 577).

O desejo do psicanalista poderia ser apreendido como “o desejo [que advém no exato momento da destituição subjetiva] que permite ocupar o lugar do des-ser, justamente por querer operar de novo o que o *αγαλμα* [agalma] implica de separação” (Lacan, 1967c/2003, p. 581). Em outras palavras, o desejo do analista é o que alça o sujeito à posição de poder

articular o desejo do Outro diante do desejo de saber daquele que lhe procura, ao mesmo tempo que permanece como suporte de tal operação.

Contudo, tal desejo só aparece se “entrar em jogo” a destituição subjetiva, o des-ser, pelo fato de a função agalma trazer consigo algo de uma “separação”. Como devem ter percebido, tais termos apontam, invariavelmente, para o segundo dos dois pontos de junção entre intensão e extensão. Portanto, para que possamos compreender tal proposta em sua complexidade, é necessário que analisemos aquilo que do sujeito suposto saber está implicado no fim da análise.

3 AINDA O SUJEITO SUPOSTO SABER

O que é que temos ao final de uma análise? Antes de analisarmos a hipótese lacaniana da passagem de analisante a analista, é interessante que nos debrucemos sobre os seus efeitos em ambos. Da parte do psicanalisante, não aleatoriamente, vamos reencontrar os argumentos da função agalma:

Em seu desejo, o psicanalisante pode saber o que ele é. Pura falta, como $(-\phi)$, é por intermédio da castração, seja qual for seu sexo, que ele encontra o lugar na chamada relação genital. Puro objeto, como (a) , ele obtura o vazio essencial que se abre no ato sexual, através de funções que qualificaremos de pré-genitais. Essa falta e esse objeto, demonstro que eles têm a mesma estrutura. Essa estrutura só pode ser relação com o sujeito, no sentido aceito pelo inconsciente. É ela que condiciona a divisão desse sujeito (Lacan, 1967c/2003).

De certa maneira, isso já nos aponta que só ascende à posição de agalma o sujeito que, em seu desejo, esteja marcado pela pura falta ou pelo puro objeto. Assim, ainda sobre tal função, somos agora capazes de entender um pouco melhor aquilo que ela implica de divisão, na medida em que trata da divisão do sujeito, na qual operam tanto a ausência fálica $(-\phi)$, signo da castração, quanto o objeto a , na qualidade de obturador do vazio próprio à incomensurabilidade do ato sexual.

O fato de $-\phi$ e a possuírem a mesma estrutura é tanto o motivo pelo qual podem ambos ocupar o lugar de x na função quanto a razão pela qual podem ser concebidos como causa e resto da divisão do sujeito. A aproximação entre esses dois termos pode nos levar a tomá-los como idênticos. Contudo, apesar do próprio Lacan, em certa medida, facilitar tal aproximação, não necessariamente quer dizer que sejam a mesma coisa, mas que estão implicados de maneira tal que é difícil concebê-los separados.

Nesse sentido, a título de diferenciação, temos o falo imaginário (-φ), marcado por esse aspecto negativo (-), de perda, vivido pelo sujeito na castração, que é “algo levado a um valor por esse menos que constitui o complexo de castração” (Lacan, 1966-67, p. 267, tradução nossa). O falo é imaginário por que se trata da “parte faltante da imagem desejada” (Eidelsztein, 2017, p. 240), ou seja, aquilo que escapa ao olhar, por não estar na imagem *per si*, mas por estar no próprio olhar. Em outras palavras, é o brilho dos olhos de uma mãe frente à imagem de seu filho. O que se perde na castração não é o pênis, mas aquilo que sua imagem implica frente ao Outro.

Por outro lado, o objeto *a* marca, neste caso³, a incomensurabilidade da relação sexual, ou seja, a impossibilidade de o ato sexual produzir uma unidade, ao passo que, paradoxalmente, na qualidade de objeto faltante, é quem obtura o vazio aberto pela relação sexual. Isso se dá porque o objeto *a*, no ato sexual, funciona como aquilo que marca tanto a falta quanto a diferença para com o Um, impedindo, assim, que o dois implicado na relação sexual resulte da simples soma de $1 + 1$, e sim da forma de $1 - a$.

Nessa direção, o objeto *a*, enquanto falta inaugural, estabelece o campo da sexualidade, já que marca a diferença na díade sexual. Em outras palavras, é a extração de tal objeto porque se trata de uma falta, o que permite a abertura do campo da sexualidade. Por conseguinte, então, o falo responde ao fato de que, agora, o sujeito precisa se “medir” como um ser sexuado (Lacan, 1966-67).

O que nos é pertinente é que, em ambos os casos, entra em jogo o estatuto de ser do sujeito. “Eis porque digo que é nesse (-φ) ou nesse (*a*) que seu ser aparece. O ser do *αγαλμα* (agalma), do sujeito suposto saber conclui o processo do psicanalisante numa destituição subjetiva” (Lacan, 1967c/2003, p. 579). Se tomamos o sujeito suposto saber como função constante da equação analítica, ele produz efeitos tanto no psicanalisante quanto no psicanalista. Do lado do analisante, uma vez que seu argumento é a pura falta (de objeto) ou o puro objeto, tal função marca a destituição do sujeito, justamente porque o que está em jogo enquanto ser é a falta de objeto ou o objeto faltante, e não o sujeito dotado de valor ontológico.

“Em seu desejo, o psicanalisante pode saber o que ele é”. E o que ele é? Não um sujeito, mas sim a falta e o objeto articulados, desde que excluída dessa articulação a possibilidade de o objeto vir a ocupar o lugar da falta, e o que nos resta são as opções já mencionadas e repetidas: objeto faltante

³É importante que se tenha em consideração o fato de Lacan, durante seu ensino, dar não apenas uma, mas diversas explicações acerca do que vem a ser e qual a função do objeto *a*.

e falta de objeto. O sujeito, em seu desejo, não é, portanto, o sujeito que deseja “x”, mas o próprio desejo, “e esse ‘sujeito enquanto desejo’ é um sujeito que se localiza apenas como falta a respeito da função do desejante e da função do desejado” (Eidelsztein, 2017, p. 151).

Lacan localiza, paradoxalmente, o valor ontológico do sujeito, se é que poderíamos dizer “valor ontológico” neste caso, naquilo que se faz presente no sistema enquanto falta, ou seja, aquilo sob o qual, no raciocínio formal, não poderia de forma alguma sustentar tal valor, justamente por não se fazer presente ali como ser, mas como vazio. Essa operação, por mais contraditória que possa parecer, traz consigo toda a potencialidade do conceito lacaniano de sujeito.

Em seu desejo, a ideia de sujeito desejante, no sentido de que “eu desejo x” “como fórmula lida (poderíamos dizer ‘vívda’) pelo neurótico, é propriamente um fantasma neurótico” (idem). É por isso que vimos anteriormente que “a lógica do analista é o *αγαλμα* [agalma] que se integra na fantasia radical que o psicanalista constrói” (Lacan, 1967c/2003, p. 578). É somente quando se opera a partir dessa posição que se é capaz de produzir a destituição subjetiva enquanto desconstrução dessa fantasia.

Nessa reviravolta em que o sujeito vê soçobrar a segurança que extraía da fantasia em que se constitui, para cada um, sua janela para o real, o que se percebe é que a apreensão do desejo não é outra senão a de um des-ser. Nesse des-ser revela-se o inessencial do sujeito suposto saber, donde o futuro psicanalista entrega-se ao *αγαλμα* (agalma) da essência do desejo, disposto a pagar por ele em se reduzindo, ele e seu nome, ao significante qualquer. Porque ele rejeitou o ser que não sabia a causa de sua fantasia no exato momento em que, finalmente, esse saber suposto, ele passa a sê-lo (Lacan, 1967a/2003, p. 259).

Se a destituição subjetiva pode ser pensada como essa redução de seu nome a um significante qualquer, o que implica não mais estar ligado a uma cadeia de necessidades, e sim à inscrição da contingência (Safatle, 2017), liberando o sujeito de suas determinações ao passo que as toma enquanto contingentes, ela só acontece em concomitância com a marcação do des-ser na parte do analista. Lacan aponta que o analisante rejeita o analista enquanto sujeito do suposto saber, já que ele próprio (o analisante) passa a ser o saber suposto.

Percebe-se que não se trata de tornar-se um novo sujeito suposto saber, mas de, ao destituí-lo de tal lugar, passar a ser ele próprio o suposto saber, o que em nada quer dizer que o sujeito possui agora o saber que outrora supôs em um outro. O saber, se passa a sê-lo, não mais funciona na qualidade de algo a ser sabido pelo sujeito, mas se encontra na ordem

do ser. Nessa trilha, o que antes o sujeito supunha enquanto saber não só não é sabido pelo analista, como também não passa de estrume, como diz Lacan (1967c/2003) evocando Tomás de Aquino e seu *sicut palea*.

De outro lado, “pelo que o psicanalista deixa o psicanalisante obter do sujeito suposto saber, é a ele que cabe perder o *αγαλμα* [agalma]” (Lacan, 1967c/2003, p. 580). Uma vez perdido seu valor de agalma, o psicanalista passa a não ser mais que um outro qualquer, assim como os outros participantes de “O Banquete”. Esse é o preço que o analista paga com sua pessoa (Lacan, 1958/1998), por ter emprestado seu ser como suporte do sujeito suposto saber ou, em outras palavras, por ter operado a partir da posição de objeto *a*.

O ser do agalma, o ser implicado pelo sujeito suposto saber, conclui o processo de uma análise marcando os dois outros jogadores com algo da ordem da falta: de um lado, a destituição subjetiva do analisante e, do outro, o des-ser próprio do analista. A hipótese que reside por trás dessa leitura é que o sujeito suposto saber, enquanto marca do elemento terceiro, é quem articula início e fim da análise, bem como a passagem de analisante a analista, à medida que, ao marcá-los com tal negatividade, abre a possibilidade de um novo desejo, a saber, o desejo de repetir essa operação de outro lugar, o desejo do psicanalista.

É mesmo possível pensar que o sujeito em jogo, numa análise, nem é o sujeito analisante, nem é o sujeito analista, e sim o sujeito suposto saber, sobre o qual a barra incide. E é a partir dele, em especial no momento que é marcado pela divisão, que se produz, como efeitos, tanto o psicanalisante quanto o psicanalista., tal é sua condição de função constante na equação analítica. Nele também encontramos o vazio como suporte do ser, aquilo que hereticamente chamamos de “valor ontológico”⁴.

Se isso acontece, é porque as operações contidas nessa função, destituição subjetiva e des-ser, trazem consigo a articulação entre ser do desejo e ser do saber. Segundo Lacan, “o ser do desejo une-se ao ser do saber para renascer, no que eles atam, numa tira feita da borda única em que se inscreve uma única falta, aquela que sustenta o *αγαλμα* [agalma]” (Lacan, 1967a/2003, p. 260). Essa falta que sustenta a função agalma é a mesma que se encontra inscrita pelo objeto *a*.

Desejo e saber se encontram como dois lados de uma banda de Moebius se encontram. Eles passam um no outro e, ao passar um no outro, passagem que se dá

⁴Hereticamente porque sabemos muito bem que Lacan adverte para o fato de que o sujeito suposto saber não é ontológico, justamente porque aquilo que suportaria seu “ser” é antes um vazio, algo que lhe falta, algo que, de modo algum, apresenta-se como “sendo”.

apenas à condição de assumirem uma torção, eles fazem dessa passagem a inscrição de uma falta, [...] que é emergência de um objeto que não se reduz a ser aquilo que uma cadeia significativa pode representar (Safatle, 2017, p. 221).

Na destituição subjetiva, portanto, passar a ser o suposto saber se aproxima de um tipo de saber que é bastante específico, o saber sobre o desejo. Articulado pela trama entre ser do desejo e do saber, o saber sobre o desejo só é possível “através dessa torção que é uma falta” (idem). Reencontramos, no fim da análise, por parte do analisante, um saber que opera enquanto advertido da falta, tal qual se esperaria do sujeito suposto saber.

Trata-se de uma nova relação do sujeito com o saber, não no sentido da passagem desse saber a consciência, como se fosse uma reapropriação de um saber que outrora fora suposto em outrem, mas como uma deposição de saber (Safatle, 2017). É um saber que não se articula enquanto propriedade privada de um sujeito, mas que é articulado por algo que lhe é exterior ou por aquilo que pode ser pensado como infamiliar, tal como postula Freud (1919/2019), por um objeto estranhamente familiar.

Esse saber, por ser “produzido” em análise, só pode sê-lo à medida que também participa de sua confecção, a parte do analista. Marcado pelo des-ser, o analista se encontra na posição de saber eliminar-se da operação, cair de tal cálculo como resto, permitindo, assim, a abertura de um novo campo - não à toa, sua queda é concebida como a queda do objeto a. Se nos permitem uma fala um tanto quanto jocosa, o analista se encontra “ferrado” no sentido de que essa palavra se refere à criação de gados, ou seja, marcar o gado com ferro quente.

O analista sofre essa marcação por parte do analisante. Lembrem-se de que o analisante é o efeito da operação “sujeito suposto saber”, e não o indivíduo que procurou a análise, e acha-se, assim, desempossado definitivamente de seu ser. Segundo Lacan, trata-se dessa “justa situação de despojamento, de ‘desmuniamento’ eu diria, que é a do analista enquanto um homem entre outros, que deve saber que não é nem saber, nem consciência, mas dependente tanto do desejo do Outro quanto de sua fala” (Lacan, 1967/2006).

Vistos os dois lados do fim da análise, cabe-nos agora analisar a hipótese da passagem de um ao outro. A própria maneira como Lacan estrutura as operações de destituição subjetiva e des-ser aponta para a possibilidade de o sujeito que advém ao final de uma análise vir a ser reposicionado no início de uma nova análise enquanto suporte do agalma. Tais momentos

são marcados, principalmente, quando se menciona o desejo do psicanalista como essa “volta a mais” que se oferece ao analisante diante de sua destituição e o des-ser do analista (1967c/2003).

Para dar conta de sua hipótese, ao que nos parece, é preciso articular o final da análise ao ato psicanalítico. Talvez possam nos objetar contra tal aproximação, contudo apresentaremos uma concepção que nos permite afirmá-la. Primeiro, concordamos com Lacan (Lacan, 1967-68) em que o ato trata de um fato de significante. Haja vista a possível definição de significante como aquilo que representa um sujeito para outro significante, portanto, o ato requer, necessariamente, o retorno desse efeito de sujeito. “É na medida em que, uma vez realizado esse efeito de divisão, algo pode ser seu retorno, pode haver re-ato, que nós podemos falar de ato” (Lacan, 1967-68, p. 234).

Na qualidade de fato de significante, o ato pressupõe uma operação de retorno no sentido que esse termo ganha na consideração dos significantes. Ou seja, esse movimento retroativo vai de S2 para S1 e, assim, produz seu efeito de sujeito dividido entre dois significantes. No caso do ato, esse retorno é habilitado justamente pelo efeito de divisão, divisão do sujeito, que, como vimos, pode ser localizada no fim da operação analítica.

Mas retorno para onde? Aqui as coisas começam a ficar interessantes. A ideia de retorno implica que, marcada a divisão do sujeito, “algo” ou “alguém” retornaria a uma posição anterior ou a uma posição que, no mínimo, já estivesse “entrado em jogo”. Não estaríamos “forçando a barra” se lermos nisso o reposicionamento do sujeito dividido, efeito da queda do sujeito suposto saber, no início de outra análise enquanto sujeito advertido do objeto a. Não “forçamos a barra” justamente porque uma das definições possíveis do ato é aquilo “que dá suporte, autoriza a realização da tarefa psicanalisante. É na medida em que o psicanalista dá a esse ato sua autorização, que o ato psicanalítico se realiza” (Lacan, 1967-68, p. 233).

E qual seria, então, essa tarefa psicanalisante? Bem, trata-se de uma tarefa que implica a destituição subjetiva e rumo ao se realizar enquanto sujeito na castração (idem). Nas palavras de Lacan:

É o sujeito que cumpriu a tarefa, ao término da qual ele se realizou como sujeito na castração, enquanto faltante ao gozo da união sexual, é ele que nós devemos ver, [...] - para observar a passagem, o retorno do que se realizou aqui na posição de partida com a ressalva de que o sujeito que chega aqui [...] sabe o que é a experiência subjetiva, e que essa experiência implica também que, [...], reste o que adveio daquele cujo ato foi responsável pelo caminho percorrido. Em outros termos, para o analista, tal como o vemos agora surgir ao nível de seu ato, já há saber do des-ser [sic]

do sujeito suposto saber, enquanto ele é a posição de partida necessária de toda essa lógica (Lacan, 1967-68, p. 103).⁵

Percebam que o realizar a tarefa é chegar à posição que apresentamos ao fim da análise, do lado do analisante, de saber o que se é em seu desejo, pura falta (- ϕ) ou puro objeto faltante (a). Já o retorno inscrito no ato seria o retomar, a partir daí, essa posição que é o ponto de partida de toda a operação, posição do analista enquanto sabe do des-ser implicado no sujeito suposto saber. Ou seja, ao sujeito dividido do fim da análise, o ato autoriza que retorne ao início também como sujeito dividido, na qualidade de sujeito suposto saber marcado pelo des-ser, advertido do objeto a , sujeito esse que Lacan propõe que também seja designado com o algoritmo $\$$ (idem).

O leitor atento deve ter percebido que o objeto a possui um papel crucial na equação analítica. Ele aparece tanto do lado do analisante quanto da parte do psicanalista, marcando sempre esse ponto que não pode ser totalmente apreendido, mas do qual dependem as operações de destituição e de des-ser. Para tanto, um dos motivos é sua condição de agalmata na função sujeito suposto saber, que não pode ser possuído, apenas portado. Uma vez aí localizado, ele articula não só o início e o fim da análise, mas também “a passagem de psicanalisante a psicanalista tem uma porta cuja dobradiça é o resto que constitui a divisão entre eles, porque essa divisão não é outra senão a do sujeito, da qual esse resto é a causa” (Lacan, 1967a/2003, p. 259).

Não podemos perder de vista que tal objeto não é um significante. Portanto, apesar de deter certa função simbólica, marca um vazio próprio ao sistema. Se somos capazes de fazer uma imagem mental, temos que pensá-lo como algo próximo ao vazio ao redor do qual se produz um vaso, o que é de certa maneira paradoxal, visto que o vazio é também produzido pelo vaso. Mas não só isso: se é o vazio que sustenta a produção do vaso, esse vazio possui algo da ordem da agência.

A tudo que já predicamos ao objeto a ⁶ desde o início do artigo, somamos o fato de que, na estrutura do ato, “o objeto é ativo e o sujeito, subvertido” (Lacan, 1967e/2003, p. 332). O vazio pode ser pensado, então, como

⁵Retiramos dessa passagem as indicações ao Grupo de Klein, tal como utilizado por Lacan no “Seminário XV”, mas sem que isso atrapalhe o leitor a compreender a mensagem contida no trecho.

⁶A saber: a) causa (ausente; do desejo; exterior); b) falta inaugural; c) objeto (faltante; que faz obstáculo da hiância - ϕ ; d) agalma (argumento da função agalma); e) suporte (do sujeito entre verdade e saber; do ser do sujeito suposto saber); f) vazio que funciona como referente; g) dobradiça entre analista e analisante. Ver nota de rodapé nº 2.

articulador do sujeito que advém desse dispositivo que é o ato, um sujeito que não mais é “inscrito no interior de um quadro regulado de conflitos e filiações” (Safatle, 2017, p. 216), mas é destituído desse lugar, confrontado com o contingente de suas próprias determinações.

Encontramos, assim, o vértice possível da aproximação entre o final da análise, a concepção de ato analítico e a proposta do passe (passagem de analisante a analista). O objeto *a* está implicado no sujeito suposto saber enquanto agalmata e, a partir daí, articula tanto a destituição subjetiva quanto o des-ser, operações que são localizadas no fim da análise. E, dessas operações, resulta a abertura para uma volta a mais, um retorno do efeito de sujeito, que vimos poder ser pensado como o ato na condição de autorizar a tarefa analisante.

Se o ato tem como operador o objeto em questão, logo é por alcançar, por parte do analisante, a posição de destituição, uma vez que vem à cena o objeto *a*, bem como pelo fato de o des-ser estar implicado à queda do mesmo objeto, que vem a ser o articulador da passagem de uma posição a outra. Isso porque, assim como a destituição subjetiva só é possível pela operação do des-ser enquanto queda de *a*, essa última só acontece se o sujeito que suporta o objeto estiver advertido dele, ou seja, tiver passado, necessariamente, pela destituição subjetiva.

4 POR FIM, O FRACASSO (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Estamos agora em posição de retomar o assunto com o qual abrimos o presente artigo, a saber, o diagnóstico do fracasso do passe. Entendemos que isso é possível, uma vez que percorremos o caminho traçado por Lacan, que vai da proposta do passe ao ato psicanalítico e, desse, ao fim da análise, em especial entendido como passagem do analisante a analista, ou seja, o percurso que se estende desde a “Proposição de 67” ao “Seminário XV”.

Como apontamos anteriormente, nossa hipótese gira em torno do fato de haver duas faces do passe, uma clínica e uma institucional. Vimos que o sujeito suposto saber, na qualidade de modo de organização do saber, está presente tanto na primeira quanto na segunda e, por isso, pode ser entendido como o ponto de inflexão entre uma face e outra. Vimos também que é esse mesmo sujeito que articula, enquanto função constante, o início e o fim da análise. Ainda observamos que, no fim da equação analítica, a partir do papel que possui o objeto *a* nas operações de destituição subjetiva e des-ser, é possível uma concepção de ato analítico

como abertura para uma nova configuração do sujeito.

Essa nova configuração, “ao invés de meramente exteriorizar o sujeito, modifica-o em uma *paradoxal instauração destituente*” (Safatle, 2017, p. 220, grifo nosso). Trata-se do surgimento de um novo sujeito através do processo de destituição subjetiva, um sujeito confrontado com o fato de sua predicação anterior não passar de uma predicação contingente, não inscrita numa cadeia de necessidades. Mas isso só acontece porque o que opera como agente do ato é o objeto *a*, vazio que se articula como causa da divisão do sujeito.

Percebam, então, que, no dispositivo chamado ato, o objeto *a*, na qualidade de marca de uma falta, produz a instauração de um sujeito através de sua destituição (do sujeito). Tudo isso porque, do outro lado, esse mesmo objeto se subtrai de tal operação. De acordo com Safatle (2017), é essa condição paradoxal do ato e de seu efeito de sujeito que leva Lacan a afirmar que o ato psicanalítico é, “por sua revelação original, o ato que nunca tem tanto sucesso quanto ao ser falho” (1967e/2003, p. 340).

Há, portanto, algo da ordem do fracasso também no ato psicanalítico. Ao contrário do que se esperaria, esse fracasso não se traduz por algo que não deu certo, mas pela única via possível de que tal ato venha a ter sucesso. Existe uma definição lacaniana sobre o fracasso que nos parece pertinente a essa situação, a saber: “O fracasso pode ser precisamente o signo de fratura onde se marca a relação a mais estreita com a realidade” (Lacan, 1965-66, p. 33).

Se, no fim da análise, o sujeito vê vacilar a segurança que obtém de seu fantasma, é porque o fantasma é sua janela para o real, ou seja, enquadra o real em um molde possível para aquele sujeito (Lacan, 1967a/2003). Com a queda do objeto *a* na figura do analista, essa moldura apresenta fissuras que levam o sujeito a uma relação mais próxima com o real. Aí se encontra o fracasso, nesse deparar-se com aquilo do real que é impossível, que não está submerso no simbólico.

Vemos retornar não apenas o engano que localizamos no cálculo do sujeito suposto saber, mas a própria mudança na ordem do saber, à medida que esse real inscreve um limite em sua estrutura. Não podemos deixar de entrever que, nesse real, o objeto *a* também está implicado.

Se esse objeto *a* sem dúvida esteve lá desde sempre, ao nível de nossa questão, a saber, o ato psicanalítico, será apenas no final da psicanálise

terminada, *somente no final da operação que ele vai reaparecer no real a partir de uma outra fonte*, a saber, como rejeitado pelo psicanalisando (Lacan, 1967-68, p. 137, grifo nosso).

E lembrem que ele também se apresenta como suporte do sujeito na divisão entre verdade e saber, mas, mais que isso, responde à pergunta sobre o estilo. Se, para Buffon, o estilo é o homem, para a teoria lacaniana, o homem deve ser substituído pela queda do objeto *a*, “reveladora por isolá-lo, ao mesmo tempo, como causa do desejo em que o sujeito se eclipsa [sujeito enquanto o próprio desejo] e como suporte do sujeito entre verdade e saber” (Lacan, 1966/1998, p. 11).

Se o estilo é a queda do objeto, também é a forma pela qual o sujeito que advém no ato analítico é o que se obtém como efeito de uma nova ordenação do saber, marcando ele mesmo esse ponto de limite das relações de saber anteriores. Naquilo que era sabido até então, que era tido como determinações, essa nova configuração do sujeito não pode ser apreendida - e, por isso, o colapso dessas relações de saber precedentes.

Ainda sobre o estilo, devemos ressaltar que ele é a única via pela qual Lacan aponta que seu ensino deve pretender transmitir a formação dos analistas (1957/1998), o que ficou conhecido popularmente por “o estilo é a única coisa que se transmite”. Dito isso, estamos de acordo com Goldenberg (2019), que diz que “um estilo há de ser o modo particular de fracassar de cada um” (p. 77).

Se o objeto *a* é o agente do ato - e esse implica, necessariamente, um certo tipo de fracasso -, também é o objeto que responde à pergunta do estilo, na qualidade de causa do desejo [sujeito] e suporte do mesmo entre saber e verdade, a “instauração destituente” nada mais é que alcançar uma maneira de fracassar que lhe seja própria, uma forma de se haver com o fato de que se alcançou uma condição na qual aquilo que era sua predicação anterior não mais lhe determina.

O sujeito dividido, um efeito do significante, implica, inevitavelmente, um ponto de inconsistência, um vazio que lhe é imprescindível, daí Lacan também dizer que não há Outro do Outro, verdade da verdade ou, ainda, ato do ato (1967d/2003). Não há garantia que possa ser dada por algo ou alguém, pois o ponto sob o qual se ancoram (sujeito, Outro, verdade e ato) é uma inconsistência. A maneira como cada um é determinado a partir daí é seu modo próprio e singular de fracassar.

Ao que nos parece, é por estar advertido disso que Lacan sustenta que sua “Proposição de 67”, sobre o passe, é, em si mesma, um ato. Em suas palavras, “a proposição não é um ato em segundo grau, mas nada

além do que o ato psicanalítico, que hesita, por já estar em curso” (Lacan, 1967d/2003, p. 269). Logo, seu fracasso, ou seja, o fracasso do passe é inerente à própria proposta.

Se levamos a sério a hipótese de que Lacan estava muito bem advertido do que dizia, o fracasso do passe não foi uma surpresa para ele, e sim aquilo que esperava quando lançava suas diretrizes. Isso não é nada estranho, já que havia uma certa esperança de que o fechamento dessa experiência pudesse produzir algo, “poder surgir das liberdades do fechamento de uma experiência, é isso que decorre da natureza do *a posteriori* na significância” (Lacan, 1967a/2003, p. 261).

O fracasso da proposta do passe, portanto, é seu arremate preciso, é a aposta no que pode surgir da experiência de destituição. Mas, para isso, era necessário que se construísse outra coisa, um lugar capaz de comunicar essa experiência e dela extrair seus efeitos. “Essa outra coisa, uma escola, se ela merece seu nome, no sentido em que esse termo se emprega desde a Antiguidade, é alguma coisa onde deve se formar um *estilo* de vida” (Lacan, 1964-65, pp. 113-114, grifo nosso).

A Escola é esse lugar no qual toda a operação envolvida no ato e, por conseguinte, no passe deveria ser comunicada. Lacan esperava que essa comunicação lhe rendesse a possibilidade de colher seus efeitos e, com isso, dissipar a espessa sombra que encobre a passagem de psicanalisante a psicanalista (Lacan, 1967a/2003). Mas, mais que isso, a Escola seria o local onde se deveria produzir um estilo, sendo esse não só uma maneira singular de fracassar, mas também a única via de transmissão da formação em psicanálise.

“Por isso, podemos de fato nos perguntar se a experiência do passe poderia ter outro destino que o fracasso” (Safatle, 2017, p. 225). Produzir um psicanalista seria incontornável ao produzir um estilo, um fracasso próprio no lidar com o saber e seu limite. Acontece que, assim como o sujeito efeito do ato não mais cabe nas relações de saber anteriores, o resultado do passe institucional coloca em xeque a própria Escola enquanto instituição. O que deveria ser produzido pela proposta do passe traz consigo a potência de destituir a instituição chamada Escola como lugar de organização do saber analítico. Safouan (1985) bem nos lembra que o fracasso do passe não pode ser desvinculado do fracasso da Escola.

Cabe ressaltar, porém, que o fracasso não é por si só garantia do ato, “o que equivale a dizer que não basta ele fracassar para ter sucesso, que o fiasco [*ratage*], por si só, não inaugura a dimensão do engano que está em

questão aqui” (Lacan, 1967e/2003, p. 340). Apesar de Lacan não listar os requisitos para que o ato seja considerado um ato e apesar de podermos apontar o fracasso, o objeto *a* enquanto agente, o sujeito subvertido, a mudança na estrutura do saber, o francês faz questão de ressaltar que haveria um tipo de fracasso que não é bem-sucedido.

Tal fracasso malsucedido é aquele que advém do “fazer com que a instituição seja o agente do dito ato, isto é, que separa o ato instituidor do psicanalista do ato psicanalítico” (Lacan, 1967d/2003, p. 270). Colocar a Escola como agente do ato é separar o ato instituidor do psicanalista, que seria produzido pela instituição, do ato psicanalítico como ato que se produz numa análise.

Portanto, caberia aos psicanalistas analisar quanto do diagnóstico do fracasso da Escola e do passe aponta para o fracasso “bem-sucedido” implicado pelo ato psicanalítico e quanto desse fracasso não é malsucedido na medida que se acreditou ser a instituição garantidora da condição de analista, e, daí, manter a ilusão relativa a qualquer eficácia do passe seria uma “não queda” do sujeito suposto saber.

Ao que nos diz respeito, entendemos que a proposta do passe foi uma aposta calculada no sentido de que, advertido de seu fracasso inerente, Lacan esperava não um mecanismo para todo o sempre, mas recolher seus efeitos após seu fechamento, em vias de compreender melhor a passagem de analisante a analista. Contudo, se lemos sua “Carta de Dissolução” e os textos de 1980, percebemos que a Escola produziu outro fracasso, uma cola tão densa que, mesmo após a dissolução pelo seu criador, foi “ressuscitada”. Talvez fosse o caso não de mantê-la viva, mas de lhe proporcionar uma sepultura decente (Lacan, 1956/1998).

REFERÊNCIAS

Eidelsztein, A. (2017). *O grafo do desejo*. Toro Editora.

França Neto, Oswaldo. (2015). Uma metodologia para a psicanálise. *Psicologia Clínica*, 27(1), 195-212. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652015000100011&lng=pt&tlng=pt.

Freud, S. (1977[1905]). Os chistes e sua relação com o inconsciente. In

Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. VIII). Imago.

Goldenberg, R. (2019). *Desler Lacan*. Instituto Langage.

Iannini, G. (2009). *Estilo e verdade na perspectiva da crítica lacaniana à metalinguagem*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Departamento de Filosofia, FFLCH-USP.

Kessler, C. H. (2008). O objeto *a* é (radical) e não é ([b]analísável). *Rev. Assoc. Psicanal. Porto Alegre*, Porto Alegre, 34, 23-32.

Lacan, J. (1956/1998). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In *Escritos* (pp. 461- 495). Zahar.

Lacan, J. (1957/1998). A psicanálise e seu ensino. In *Escritos* (pp. 438-460). Zahar.

Lacan, J. (1958/1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In *Escritos* (pp. 591-652). Zahar.

Lacan, J. (1960-61/1992). *Seminário livro 8: A transferência*. Zahar.

Lacan, J. (1964-65). *Seminário livro 12: Problemas cruciais para a Psicanálise*. Inédito.

Lacan, J. (1965-66). *Seminário livro 13: O objeto da psicanálise*. Inédito.

Lacan, J. (1966/1998). Abertura desta coletânea. In *Escritos* (pp. 9-11). Zahar.

Lacan, J. (1966-67). *Seminário livro 14: A lógica do fantasma*. Inédito.

Lacan, J. (1967/2006). Então, vocês terão escutado Lacan. In *Meu ensino* (pp. 101-124). Zahar.

Lacan, J. (1967-68). *Seminário livro 15: O ato psicanalítico*. Inédito

Lacan, J. (1967a/2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In *Outros Escritos* (pp. 248-264). Zahar.

Lacan, J. (1967b/2003). A psicanálise. Razão de um fracasso. In *Outros Escritos* (pp. 341-349). Zahar

Lacan, J. (1967c/2003). Anexo 1. Primeira versão da "Proposição de 9 de

- outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola". In *Outros Escritos* (pp. 570-586). Zahar.
- Lacan, J. (1967d/2003). Discurso na Escola Freudiana de Paris. In *Outros Escritos* (pp. 265-287). Zahar.
- Lacan, J. (1967e/2003). O engano do sujeito suposto saber. In *Outros Escritos* (pp. 329-340). Zahar.
- Lacan, J. (1971-72). *Seminário livro 19: ... Ou pior*. Inédito.
- Lacan, J. (1975). Intervention dans la séance de travail "Sur la passe". *Lettres de l'École Freudienne*, 15, 185-193.
- Lacan, J. (1978). L'expérience de la passe. *Lettres de l'École Freudienne*, 23, 180-181.
- Lacan, J. (1980). *Seminário livro 27: Dissolução*. Inédito.
- Oliveira, L. O. (2016). O mundo como estátua dos deuses eternos sobre o termo ágalma no passo 37c do Timeu de Platão. *Analógos*, v. 1, 80-89. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.ANA.28226>
- Safatle, V. (2017). Lacan, revolução e liquidação da transferência: a destituição subjetiva como protocolo de emancipação política. *Estudos Avançados*, 31(91), 211-227. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3191016>
- Safouan, M. (1985). *Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas*. Artes Médicas.